

RECURSO ESPECIAL Nº 1.880.591 - SP (2019/0171293-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : GISELE DUARTE DE MELO
ADVOGADO : MÁRCIO ADRIANO CARAVINA - SP158949
RECORRIDO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : BRUNO HENRIQUE GONÇALVES - SP131351
PAULO GUILHERME DARIO AZEVEDO - SP253418

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356/STF. DEPÓSITO REALIZADO DURANTE O PRAZO DE PAGAMENTO VOLUNTÁRIO COM A FINALIDADE DE GARANTIA DO JUÍZO. RESSALVA FEITA POSTERIORMENTE AO ATO DE COMPROVAÇÃO DO DEPÓSITO JUDICIAL. PRECLUSÃO DA IMPUGNAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

1. O propósito recursal consiste em definir se o depósito realizado pelo executado do valor referente ao débito exequendo durante o prazo quinzenal para pagamento voluntário previsto no art. 523 do CPC/2015, sem nenhuma ressalva no ato de comprovação do depósito, presume-se como pagamento, a ensejar a preclusão da posterior impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo a que alude o art. 525 do CPC/2015.
2. A ausência de efetivo debate acerca dos conteúdos normativos dos dispositivos legais apontados como malferidos (arts. 524, *caput* e §§ 2º e 4º, e 525, §§ 4º, 5º e 6º, do CPC/2015), caracteriza ausência de prequestionamento, a obstar o conhecimento do recurso especial, na medida das questões não discutidas, atraindo, com isso, a incidência das Súmulas 282 e 356/STF.
3. Na dicção dos arts. 523, *caput*, e 525, *caput*, do CPC/2015, iniciado o cumprimento de sentença, a requerimento do exequente, será intimado o executado para o pagamento da obrigação de pagar quantia certa, no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual, sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á, automaticamente, o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação.
4. O depósito realizado durante o prazo para pagamento voluntário só deve ser considerado como tal se houver manifestação expressa nesse sentido pelo devedor, sem o qual, deve-se aguardar o término do interregno previsto no *caput* do art. 523 do CPC/2015, sucedido do término, em branco, do prazo para impugnação (art. 525, *caput*, do CPC/2015), para só então se considerar o depósito, indene de dúvida, como o pagamento ensejador do cumprimento da obrigação e, por conseguinte, da extinção da execução. Nessa esteira, não se vislumbrando a intenção de pagamento do depósito feito pelo executado na hipótese, afigura-se insubsistente a tese de preclusão da impugnação ao cumprimento de sentença.
5. Ademais, a petição apresentada pelo devedor antes de protocolada a impugnação (tão somente para informar que o depósito realizado se destinava à garantia do juízo) não acarreta a preclusão consumativa da posterior impugnação, pois não constatada a prática de atos dúplices pelo executado, visto que os argumentos defensivos só foram deveras formulados na impugnação.
6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer em parte do recurso especial e, nesta parte, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr.

Superior Tribunal de Justiça

Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino (Presidente) e Ricardo Villas Bôas Cueva votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 03 de agosto de 2021 (data do julgamento).

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator



RECURSO ESPECIAL Nº 1.880.591 - SP (2019/0171293-5)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE:

Trata-se de recurso especial interposto por Gisele Duarte de Melo contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Compulsando os autos, constata-se que a ora recorrente interpôs agravo de instrumento contra decisão interlocutória prolatada pelo Juízo de primeiro grau, que, no cumprimento de sentença, rejeitou as alegações da insurgente de preclusão e de inépcia da impugnação apresentada pela parte adversa, bem como determinou a remessa do feito à Contadoria Judicial.

Ao analisar aquele agravo, a Vigésima Segunda Câmara de Direito Privado do Tribunal estadual negou-lhe provimento, nos termos da ementa assim redigida (e-STJ, fl. 235):

Recurso - Agravo de Instrumento - Execução de sentença - Depósito voluntário e impugnação ofertados dentro do prazo legal e sem expressa denúncia de que o fazia a título de pagamento não obsta oferta de Impugnação ao cumprimento de sentença, já que se pode efetuar-lo para que não incida a multa e os honorários previstos no § 1º, do art. 523 do Novo CPC - Determinação de remessa ao contador judicial - Ausência de cunho decisório - Prejudicada a apreciação de demais pedidos não apreciados em primeiro grau, sob pena de supressão de grau de jurisdição - Decisão mantida - Recurso não provido
RECURSO NÃO PROVIDO.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 245-263), interposto com fundamento nas alíneas a e c do permissivo constitucional, a recorrente defende, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 523, *caput* e § 1º, 524, *caput* e §§ 2º e 4º, e 525, *caput* e §§ 4º, 5º e 6º, todos do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta, em síntese, que a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pela instituição financeira recorrida, durante o prazo quinzenal do art. 525 do CPC/2015, encontra-se preclusa, uma vez que realizado o depósito do valor executado dentro do prazo de 15 (quinze) dias para pagamento voluntário, sem nenhuma ressalva, no

Superior Tribunal de Justiça

momento da juntada do comprovante nos autos, de que o depósito serviria à garantia do juízo, razão pela qual se presume ter havido pagamento, a ensejar a rejeição da impugnação.

Aponta, ademais, que a apresentação de petição dias após a comprovação do depósito (informando que o teria feito apenas com o escopo de garantia do juízo) é insuficiente a ilidir a presunção de pagamento e, assim, a mencionada preclusão.

Aduz, ainda, que o depósito visando a garantia do juízo não tem o condão de rechaçar a incidência da multa do art. 523, § 1º, do CPC/2015.

Por outro lado, argumenta que, sendo realizado o depósito como caução, com o intuito de conferir efeito suspensivo à impugnação, tal efeito pressupõe, também, que o prosseguimento da execução seja capaz de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação, nos termos do art. 525, § 6º, do CPC/2015, o que não se constata na espécie.

Por fim, defende a tese de rejeição liminar da impugnação sob o viés de que não foi apresentado o imprescindível demonstrativo de cálculos do valor exequendo que a parte adversa entende devido, deixando de se manifestar, inclusive, a respeito da correção monetária e dos juros moratórios e remuneratórios.

Contrarrazões às fls. 274-279 (e-STJ).

Não admitido o processamento do apelo especial na origem, a insurgente interpôs o correlato agravo, que, embora não conhecido pela Presidência desta Corte (e-STJ, fls. 308-309), foi posteriormente provido por esta relatoria, em juízo de retratação no âmbito de agravo interno, oportunidade em que foi determinada a sua conversão em recurso especial para melhor análise (e-STJ, fls. 331-333).

É o relatório.

RECURSO ESPECIAL Nº 1.880.591 - SP (2019/0171293-5)

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE (RELATOR):

O propósito recursal consiste em definir se o depósito realizado pelo executado do valor referente ao débito exequendo durante o prazo quinzenal para pagamento voluntário previsto no art. 523 do CPC/2015, sem nenhuma ressalva no ato de comprovação do depósito, presume-se como pagamento, a ensejar a preclusão de posterior impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo a que alude o art. 525 do CPC/2015.

Do delineamento fático dos autos

Em breve retrospecto, convém destacar que a ora demandante requereu o cumprimento de sentença, culminando na intimação do Banco Bradesco S.A. (disponibilizada no DJe em 1º/3/2017 – e-STJ, fl. 123) para pagamento do valor constante do demonstrativo de débito em 15 (quinze) dias.

Ato contínuo, o devedor juntou ao feito o comprovante do depósito judicial realizado no dia 23/3/2017, último dia do prazo quinzenal para pagamento voluntário previsto no art. 523, *caput*, do CPC/2015.

Dois dias após essa comprovação, a casa bancária apresentou petição, em 29/3/2017, informando que o depósito foi realizado com a finalidade de garantia do juízo (e-STJ, fl. 125).

Em 31/3/2017, foi apresentada impugnação ao cumprimento de sentença pelo executado (e-STJ, fl. 127-134), a qual foi recebida pelo Juízo da execução no seu efeito suspensivo, em 12/4/2017, porquanto preenchidos os respectivos pressupostos legais (e-STJ, fl. 167).

No mesmo dia em que proferido esse julgado, a credora apresentou resposta à impugnação (e-STJ, fls. 168-184), cujas afirmativas levaram o banco à complementação do depósito, a fim de manter a garantia do juízo e, por conseguinte, o

efeito suspensivo (e-STJ, fl. 193).

Em 26/9/2017, sobreveio a decisão interlocutória agravada (e-STJ, fls. 196-199), na qual o Juízo de primeiro grau rejeitou as alegações de preclusão e de inépcia da impugnação e determinou a remessa do feito à Contadoria Judicial para a elaboração de memória de cálculo, a fim de elucidar o aduzido excesso de execução.

Contra esse julgado foi interposto agravo de instrumento, o qual, conforme relatado, foi desprovido pela Vigésima Segunda Câmara de Direito Privado do TJSP (e-STJ, fls. 234-242).

Delineadas as circunstâncias fáticas subjacentes, passo à análise das questões recursais.

Da suscitada violação aos arts. 524, *caput* e §§ 2º e 4º, e 525, §§ 4º, 5º e 6º, do CPC/2015

A respeito da arguida ofensa aos arts. 524, *caput* e §§ 2º e 4º, e 525, §§ 4º, 5º e 6º, do CPC/2015, constata-se que os conteúdos normativos dos respectivos dispositivos legais não foram objeto de debate pela Corte de origem, carecendo, com isso, do indispensável questionamento, a atrair a incidência das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Da alegada presunção de pagamento do depósito realizado no prazo de pagamento voluntário

De início, convém registrar a forma pela qual defluem, legalmente, os prazos para o pagamento voluntário no cumprimento de sentença, bem como para a apresentação de impugnação, a começar pelo disposto no art. 523, *caput*, do CPC/2015:

Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.

Seguindo-se ao interregno supracitado, abre-se a quinzena relativa à

apresentação da impugnação ao cumprimento de sentença, conforme assenta o art. 525, *caput*, do mesmo diploma processual:

Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

Diante do conteúdo desses dois artigos, exsurge a norma de que, iniciado o cumprimento de sentença, a requerimento do exequente, será intimado o executado para o pagamento da obrigação de pagar quantia certa, no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual iniciar-se-á, automaticamente, o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação.

A esse respeito, veja-se a seguinte lição doutrinária:

1. Prazo para apresentação de impugnação. O *caput* dispõe que, após escoado o prazo de 15 (quinze) dias para o pagamento voluntário, inicia-se, sem necessidade de nova intimação, outro prazo de 15 (quinze) dias para que o executado possa apresentar sua impugnação. 1.1 Perceba-se que o executado, após ser intimado para pagar o débito, terá, no total, 30 (trinta) dias para apresentar sua impugnação: 15 (quinze) dias do pagamento voluntário (art. 537) e, na sequência, sem qualquer solução de continuidade, mais 15 dias para a impugnação. Vale o registro que, em verdade, tal prazo é de 30 (trinta) dias úteis, em observância ao comando do art. 219. 1.2 Melhor seria, a nosso ver, que o legislador tivesse previsto um único prazo de 15 (quinze) dias, podendo o executado durante tal lapso temporal pagar ou impugnar. Não foi essa, contudo, a opção do legislador, que preferiu adotar dois prazos, um sucessivo ao outro. (WAMBIER, Teresa Arruda Alvim... [et al.]. *Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo* - 2ª ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, pp. 959-960)

Oportuno destacar que, segundo expressamente previsto no *caput* do art. 525, o termo inicial do prazo de impugnação se implementa após o transcurso do interregno quinzenal antecedente, desde que não se tenha efetivado, anteriormente, o pagamento voluntário.

Quanto à expressão “pagamento voluntário”, a sua compreensão abrange, a meu ver, o depósito realizado com o intuito único e exclusivo de adimplir o débito exequendo e extinguir a execução, não se coadunando com o depósito destinado à garantia do juízo visando emprestar efeito suspensivo à peça defensiva.

Superior Tribunal de Justiça

Não se desconhece a existência de julgados desta Corte Superior, sob a égide do CPC/1973, no sentido de que o depósito realizado pelo executado sem nenhuma ressalva interpreta-se como pagamento; ao passo que o depósito efetivado para a garantia do juízo (requisito imprescindível ao recebimento da impugnação ao cumprimento de sentença na vigência da lei processual revogada) pressupõe a manifestação expressa do executado.

Nessa linha de cognição, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DO ART. 475-J/CPC. AFASTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DEPÓSITO JUDICIAL CONDICIONADO À IMPUGNAÇÃO.

1. A análise acerca do alegado afastamento da multa prevista no art. 475-J do CPC, ante a efetivação da garantia realizada com o depósito judicial da obrigação no prazo legal, com o propósito de elidir a multa nele prevista, não prospera, tendo em vista o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que somente naquelas situações em que o devedor deposita a quantia devida em juízo, sem condicionar o levantamento à discussão do débito em impugnação do cumprimento de sentença, permitindo o imediato levantamento da quantia depositada por parte do credor, é que fica elidido o pagamento da referida multa. Precedentes do STJ.

2. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1386797/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2013, DJe 04/10/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM S/A. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DO ART. 475-J/CPC. AFASTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DEPÓSITO JUDICIAL CONDICIONADO À IMPUGNAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A efetivação da garantia realizada com o depósito judicial da obrigação no prazo legal, com o propósito de elidir a multa prevista no art. 475-J do CPC, não prospera, tendo em vista que somente naquelas situações em que o devedor deposita a quantia devida em juízo, sem condicionar o levantamento à discussão do débito em sede de impugnação do cumprimento de sentença, permitindo o imediato levantamento da quantia depositada por parte do credor, é que elide o pagamento da referida multa. Precedente.

2. Para a configuração do dissídio jurisprudencial, faz-se necessária a indicação das circunstâncias que identifiquem as semelhanças entre o aresto recorrido e os paradigmas citados, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. Na hipótese, contudo, a agravante não procedeu ao devido cotejo analítico entre os arestos confrontados, de modo que não ficou caracterizada a sugerida divergência pretoriana.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 164.860/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA

TURMA, julgado em 04/12/2012, DJe 01/02/2013)

PROCESSO CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DEPÓSITO PARA PENHORA. NECESSIDADE DE ESPECIFICAÇÃO NA PETIÇÃO.

1. Ao promover depósito judicial, em cumprimento à norma do art. 475-J do CPC, o devedor que tiver a intenção de que o mesmo seja recebido como garantia, em lugar de pagamento, deve fazer ressalva expressa.

2. Recurso conhecido e improvido.

(REsp 1122824/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2010, DJe 25/11/2010)

É consabido que, no diploma processual revogado, o termo inicial do prazo de impugnação não era automático, pois demandava, além do requerimento inaugural da parte exequente, uma conduta ativa, fosse do Juízo da execução – que apenas com a lavratura do auto de penhora e avaliação determinava a intimação do devedor, com o consequente início do prazo de apresentação da peça de defesa, nos termos do art. 475-J, § 1º, do CPC/1973 –, fosse do próprio executado, ao realizar voluntariamente o depósito judicial com o escopo de garantir a execução e ver recebida a sua impugnação.

No Código de Processo Civil de 2015, de seu turno, o termo inicial se efetiva imediatamente após o término do prazo quinzenal sem o pagamento voluntário, como visto outrora, não se exigindo nenhum outro ato que não o pedido originário do credor para o começo da fase de cumprimento de sentença.

Com base nessa distinção, entendo que eventual depósito realizado no curso da primeira quinzena prevista no art. 523, *caput*, do CPC/2015, somente pode ser considerado como pagamento se o executado se manifestar expressamente nesse sentido ou, se transcorrido o prazo quinzenal subsequente (art. 525, *caput*), que tem início independentemente de penhora ou nova intimação do devedor, não for tempestivamente apresentada a impugnação.

Desse modo, considerando que tais prazos correm sucessiva e ininterruptamente, penso que a interpretação apresentada pela parte recorrente (de presunção de pagamento) revela-se contrária à lei, a qual, na minha compreensão, deixa ao arbítrio do devedor efetuar o depósito do valor exequendo, inclusive, durante o prazo de pagamento voluntário e, posteriormente, apresentar impugnação, não se lhe podendo atribuir o ônus de explicitar que o depósito não configura pagamento.

Superior Tribunal de Justiça

Convém destacar, aliás, precedente recente da Terceira Turma deste Tribunal Superior, em viés semelhante, concluindo que o depósito efetivado durante o prazo para pagamento voluntário somente foi considerado pagamento (para efeitos de não incidência da multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC/2015) após o transcurso, em branco, do prazo de apresentação da impugnação ao cumprimento de sentença.

Veja-se, a propósito (sem grifo no original):

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL EM FASE DE CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA. PAGAMENTO VOLUNTÁRIO. INCIDÊNCIA DE MULTA. CRITÉRIOS. INTEMPESTIVIDADE. RESISTÊNCIA MEDIANTE IMPUGNAÇÃO. DEPÓSITO INTEGRAL NO PRAZO DE 15 DIAS ÚTEIS SEM RESISTÊNCIA DA PARTE EXECUTADA. NÃO APLICAÇÃO DA MULTA.

1. Ação ajuizada em 2/5/17. Recurso especial interposto em 28/5/18. Autos conclusos ao gabinete em 28/6/19. Julgamento: CPC/15.

2. O propósito recursal consiste em dizer da violação do art. 523, §1º, do CPC/15, acerca do critério de quando deve incidir, ou não, a multa de dez por cento sobre o débito, além de dez por cento de honorários advocatícios.

3. São dois os critérios a dizer da incidência da multa prevista no art. 523, §1º, do CPC, a intempestividade do pagamento ou a resistência manifestada na fase de cumprimento de sentença.

4. Considerando o caráter coercitivo da multa, a desestimular comportamentos exclusivamente baseados na protelação da satisfação do débito perseguido, não há de se admitir sua aplicação para o devedor que efetivamente faz o depósito integral da quantia dentro do prazo legal e não apresenta impugnação ao cumprimento de sentença.

5. Na hipótese dos autos, apesar de advertir sobre o pretendido efeito suspensivo e da garantia do juízo, é incontroverso que a executada realizou tempestivamente o depósito integral da quantia perseguida e não apresentou impugnação ao cumprimento de sentença, fato que revela, indene de dúvidas, que houve verdadeiro pagamento do débito, inclusive com o respectivo levantamento pela exequente. Não incidência da multa prevista no art. 523, §1º, do CPC e correta extinção do processo, na forma do art. 924, II, do CPC.

6. Recurso especial conhecido e não provido.

(REsp 1834337/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2019, DJe 05/12/2019)

Enfatize-se, ainda, a cognição externada em outro julgado atual do Superior Tribunal de Justiça, na esteira de que, “mesmo que o executado realize o depósito para garantia do juízo no prazo para pagamento voluntário, o prazo para a apresentação da

impugnação somente se inicia após transcorridos os 15 (quinze) dias contados da intimação para pagar o débito, previsto no art. 523 do CPC/15, independentemente de nova intimação” (REsp 1.761.068/RS, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Rel. p/ Acórdão Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 15/12/2020, DJe 18/12/2020).

Consubstanciado em tais premissas, há que se registrar que, na hipótese, a petição apresentada pelo executado dois dias após a comprovação do depósito judicial (somente para informar que o valor depositado destinava-se a garantir o juízo) era desimportante, uma vez que a inexistência de informação sobre a finalidade do depósito realizado no interregno constante do art. 523, *caput*, do CPC/2015 não faz presumir a intenção de pagamento, enquanto não finalizado o prazo de impugnação ao cumprimento de sentença.

Conclui-se, portanto, que o depósito efetuado durante o prazo para pagamento voluntário só deve ser considerado como tal se houver manifestação expressa nesse sentido pelo devedor, sem a qual se deve aguardar o término do prazo previsto no *caput* do art. 523 do CPC/2015, sucedido do término, em branco, do prazo para impugnação (art. 525, *caput*, do CPC/2015), para só então se considerar o depósito, indene de dúvida, como o pagamento ensejador do cumprimento da obrigação e, por conseguinte, da extinção da execução.

Nessa esteira, não se vislumbrando a intenção de pagamento do depósito feito pelo executado na espécie, afigura-se insubsistente a tese de preclusão (lógica) da impugnação.

Outrossim, não prospera a tese deduzida no apelo especial em exame, de que a manifestação do executado (informando que o depósito efetivado no prazo de pagamento voluntário serviu apenas para a garantia do juízo) acarretou a preclusão consumativa da impugnação, sob o argumento de que o executado deveria apresentar a peça defensiva naquela oportunidade, em que se expressou quando já iniciada a fluência do interregno de apresentação da impugnação.

Isso porque, do que se extrai da supracitada declaração do devedor (e-STJ, fl. 125), o seu propósito era meramente elucidativo, não apontando, na ocasião, nenhuma matéria de defesa, finalidade à qual se presta a impugnação. Não se evidencia, assim, a prática de atos dúplices (que porventura acarretasse a preclusão consumativa), visto que

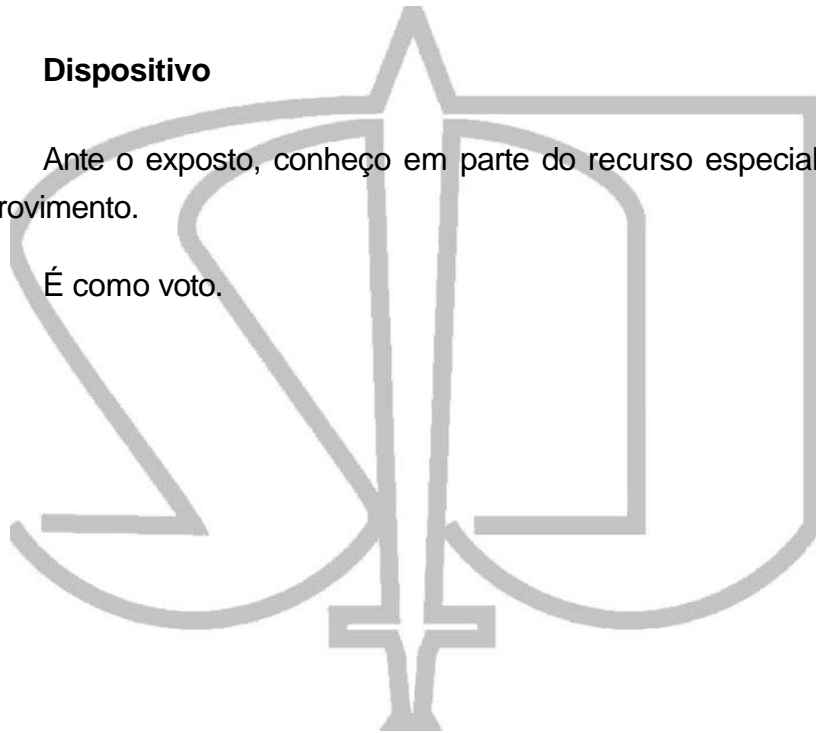
os argumentos defensivos só foram deveras formulados pelo executado na impugnação.

Por derradeiro, no que se refere à tese de que o depósito realizado com a finalidade de garantia do juízo não tem o condão de afastar a incidência da multa do art. 523, § 1º, do CPC/2015, verifica-se a confluência entre os fundamentos do recurso especial e do acórdão recorrido, tendo sido decidida tal temática pelas instâncias ordinárias no mesmo viés desta insurgência, o que revela a desnecessidade da interposição do recurso no ponto, a denotar a ausência de interesse recursal.

Dispositivo

Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

É como voto.



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
TERCEIRA TURMA**

Número Registro: 2019/0171293-5 **PROCESSO ELETRÔNICO REsp 1.880.591 / SP**

Números Origem: 00094036120078260482 00277659620168260482 21932342020178260000

PAUTA: 03/08/2021

JULGADO: 03/08/2021

Relator

Exmo. Sr. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **ANTÔNIO CARLOS ALPINO BIGONHA**

Secretária

Bela. **MARIA AUXILIADORA RAMALHO DA ROCHA**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : GISELE DUARTE DE MELO
ADVOGADO : MÁRCIO ADRIANO CARAVINA - SP158949
RECORRIDO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : BRUNO HENRIQUE GONÇALVES - SP131351
PAULO GUILHERME DARIO AZEVEDO - SP253418

ASSUNTO: DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo - Bancários - Expurgos Inflacionários
/ Planos Econômicos

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia TERCEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Terceira Turma, por unanimidade, conheceu em parte do recurso especial e, nesta parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a) Relator(a).

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino (Presidente) e Ricardo Villas Bôas Cueva votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Moura Ribeiro.